

# Audiência Pública

## Debater a Eliminação da Tuberculose como Problema de Saúde Pública

Brasília, 19 de março de 2024

MINISTÉRIO DOS  
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

**BRASIL**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Ministério dos Povos Indígenas

**Secretaria Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas - SEART**

**Secretária Juma Xipaia**

**André Baniwa**

Departamento de Políticas Indigenistas  
Coordenação Geral de Promoção da Cidadania

**Prof. Dr. Daniel Canavese**

Sanitarista, UFRGS

Coordenação de Acompanhamento da Política de Saúde Indígena – CAPSI

[daniel.canavese@povosindigenas.gov.br](mailto:daniel.canavese@povosindigenas.gov.br)

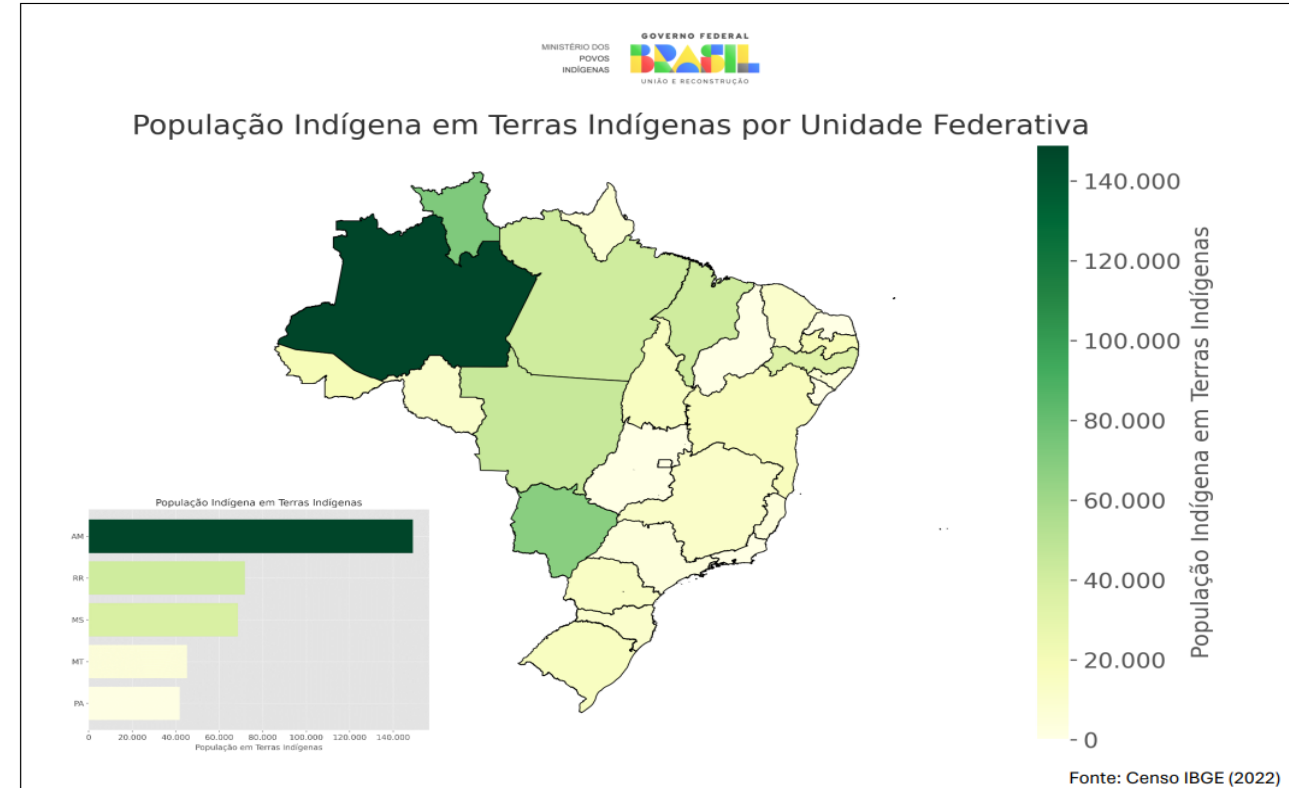
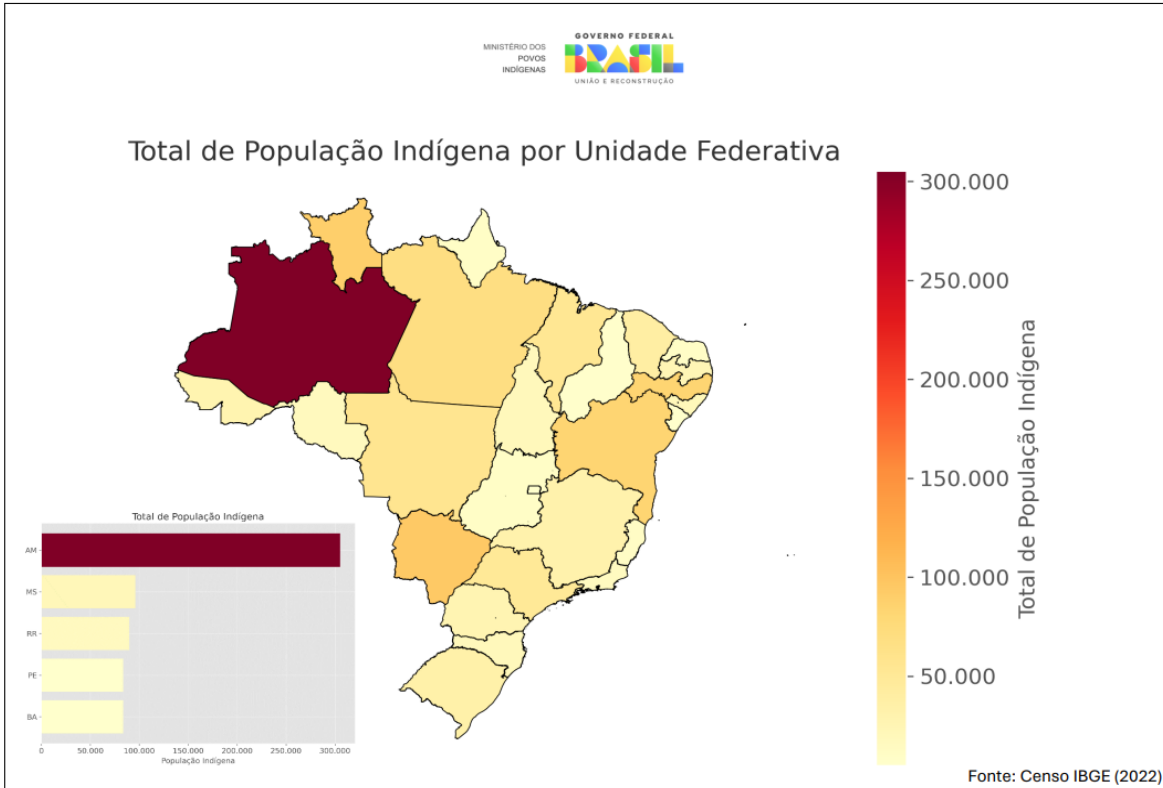
MINISTÉRIO DOS  
POVOS INDÍGENAS



# Contexto populacional

População indígena do país, segundo o Censo 2022, é de **1.693.535** pessoas indígenas, o que representa **0,83%** do total de habitantes.

Conforme o IBGE, pouco mais da metade (51,2%) da população indígena está concentrada na Amazônia Legal.

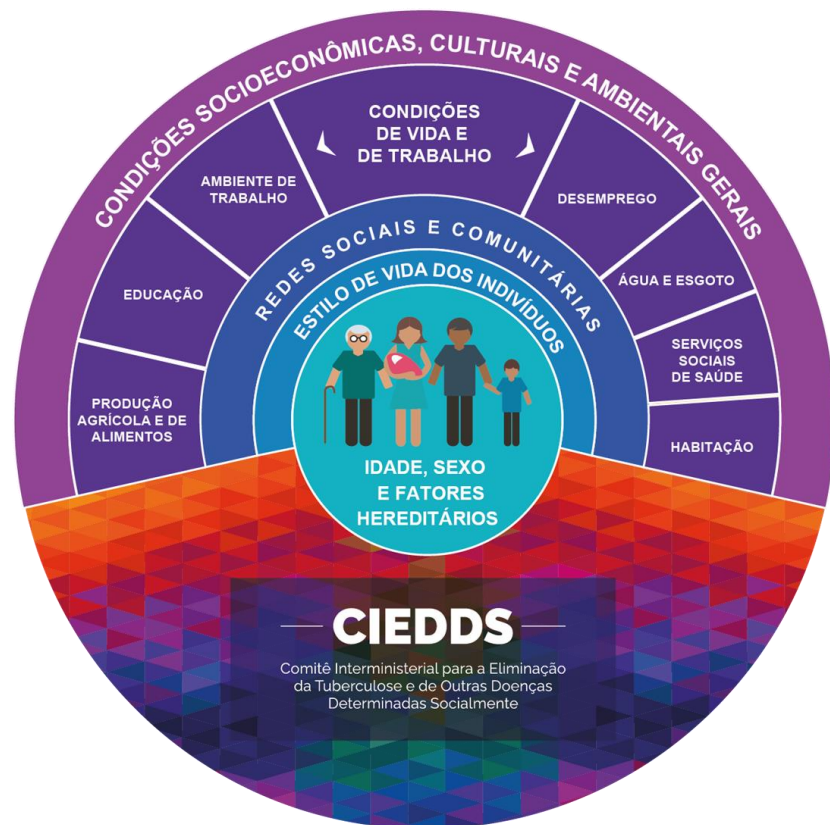


# Roteiro

1. Marcos Normativos do MPI nos temas da área da saúde
2. Atuação do MPI no CIEDDS
3. Contextualização de desafios sobre a eliminação da tuberculose e os Povos Indígenas

# Marcos Normativos

- **Decreto 11.355/2023 - Ministério dos Povos Indígenas - Art. 21:** no âmbito do Departamento de Promoção da Política Indigenista está a competência de subsidiar e acompanhar a política de saúde indígena, que é executada pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no SUS.
- **Interação com os marcos legais na área da saúde:**
  - Constituição Federal de 1988
  - Lei nº 8.080/1990
  - Lei nº 8.142/1990
  - Lei nº 9.836/1999
  - Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) - Decreto n.º 3.156/1999
- **Decreto 11.358/2023 - Ministério da Saúde:** cabe ao Ministério da Saúde a coordenação e a gestão das ações de saúde voltadas para os Povos Indígenas. Esta tarefa tem sido fundamentalmente executada pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), todavia também tem articulação com outras secretarias.



# MPI

**Efetivar o direito dos povos indígenas, reflorestar mentes e aldear o Estado para a promoção do bem viver.**

**Base teórica: Modelo dos determinantes sociais de saúde.**

Organização Mundial da Saúde (OMS), Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde, em 2008.



## Painel situacional dos determinantes sociais dos povos indígenas – DSDS-PI

- Frente de trabalho iniciada do MPI que articula a Secretaria Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (SEART) e a Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (SEGATI);
- Reunir dados do inventário disponível na FUNAI, MS, MDH, MAPA, MMA e outros que possam apoiar a tomada de decisão , as ações estratégicas multissetoriais e as políticas públicas de escala baseadas em evidências.

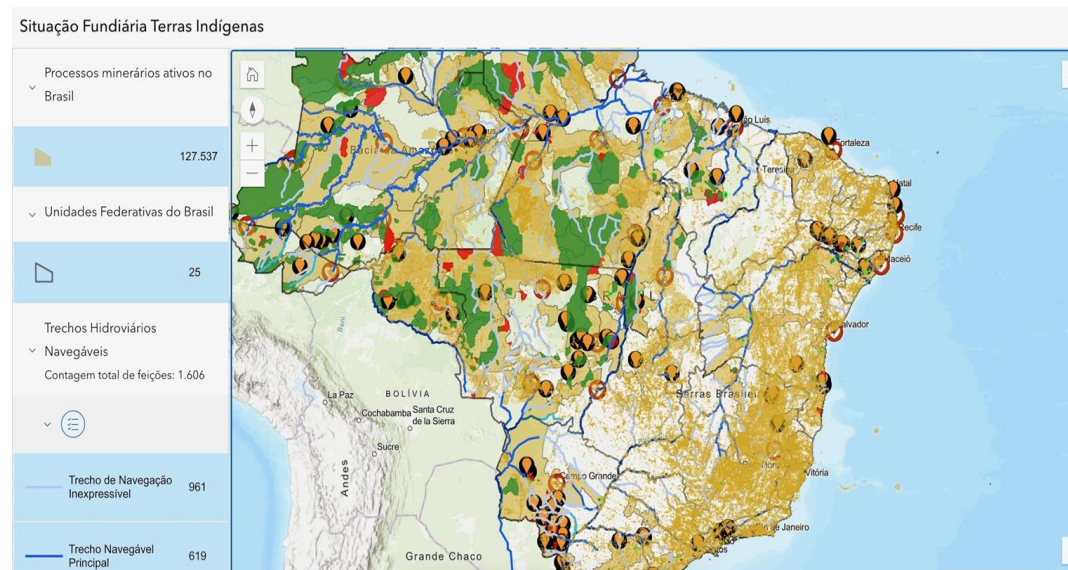


Figura 1 – Exemplo de consulta aos dados do DSDS-PI 2023.

## Iniciativa de base comunitária para resposta ampliada ao HIV/Aids no contexto das populações indígenas no Brasil (apoio na execução)

- Projeto da UNAIDS e OIT que terá participação do MPI, FUNAI e MS;
- Contribuir para a promoção, proteção e recuperação da saúde (HIV/Aids, coinfeção TB e saúde mental) promovendo a remoção de barreiras de discriminação e promoção dos direitos humanos dos povos indígenas – até 2025 em 5 etnias (Pankararu, Guarani Kaiowá, Paiter Surui, Yanomami, Guarani Mbya);
- **Neste momento:** em consolidação do Memorando de entendimento



# Frentes de trabalho relacionadas ao enfrentamento de determinantes sociais

**CIEDDS**

Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente



Proporcionar um momento de reflexão conjunto sobre o enfrentamento de epidemias liderado pelas comunidades indígenas.

# Prevalência e Autocorrelação Espacial da Tuberculose na População Indígena no Brasil, 2002 a 2022.

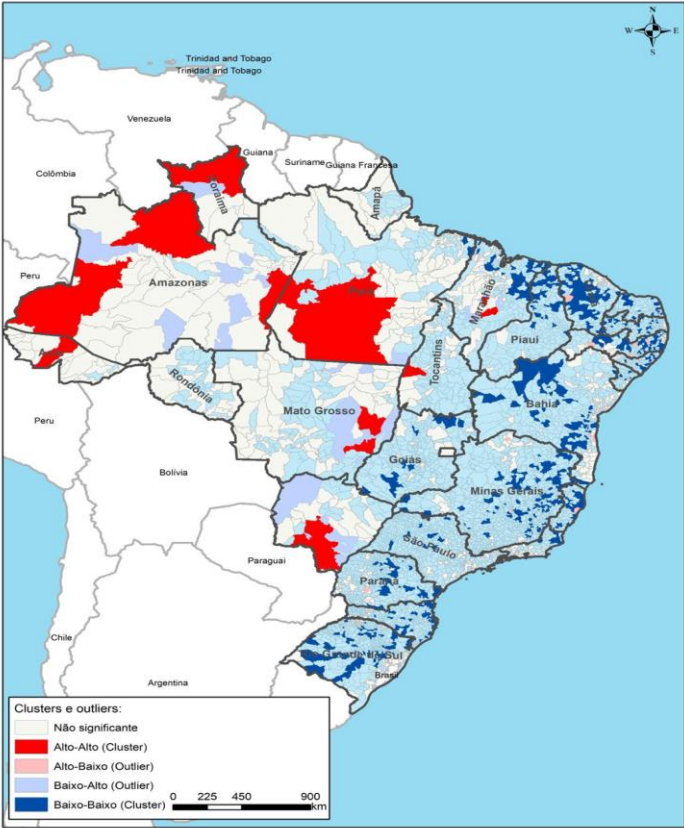
Polidoro, M. & Canavese, D. (2024). Journal of Racial and Ethnic Health Disparities, 1-8.

**Método:** abordagem seccional, ecológica e descritiva para analisar os dados de ocorrências de tuberculose entre os anos de 2002 e 2022, obtidos do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN). Realizado o teste de Global Moran's I para investigar a presença de autocorrelação espacial. A identificação dessa autocorrelação levou à geração de um mapa de Análise de Cluster e Outlier.

Tabela 2 – Taxa de prevalência da tuberculose a cada 100 mil habitantes, raça/cor indígena, Região, UF e Brasil, 2002-2022

Região / Unidade da Federação	Taxa (a cada 100 mil hab.)
<b>Região Norte</b>	993
Acre	1.252
Amazonas	784
Amapá	909
Pará	1.646
Rondônia	2.411
Roraima	868
Tocantins	2.217
<b>Região Nordeste</b>	562
Alagoas	486
Bahia	275
Ceará	600
Maranhão	1.987
Paraíba	348
Pernambuco	459
Piauí	667
Rio Grande do Norte	546
Sergipe	722
<b>Região Centro-Oeste</b>	2.550
Distrito Federal	654
Goiás	287
Mato Grosso do Sul	2.586
Mato Grosso	3.424
<b>Região Sudeste</b>	1.636
Espírito Santo	333
Minas Gerais	777
Rio de Janeiro	2.700
São Paulo	2.219
<b>Região Sul</b>	961
Paraná	785
Rio Grande do Sul	1.269
Santa Catarina	696
<b>Brasil</b>	1.087

Fonte: Autores a partir de SINAN (2002-2022) e IBGE (2022).



# Desafios

1. Sobreposição de situações de vulnerabilização a partir dos determinantes sociais: renda, localidade, situação de rua, entre outros;
2. Necessidade de ampliação do acesso à rede da assistência social e os povos indígenas;
3. Políticas públicas intersetoriais e que atendam o processo de autodeterminação e interculturalidade das etnias;
4. Enfrentar as graves barreiras do estigma, da discriminação e do racismo;
5. Enfrentar a desinformação;
6. Ampliar o cuidado ao HIV/Aids e a tuberculose;
7. Abordagem entre SUS e SUASI - lacunas e deficiências, interculturalidade e medicina indígena;
8. Ampliar a produção de evidências - produzir e utilizar os dados de forma mais eficiente;
9. Aprofundar a discussão com a garantia e proteção dos territórios;
10. Incluir na abordagem de enfrentamento as mudanças climáticas e as situações de crise.



# Espaços virtuais formativos para o envolvimento com o tema

## Cursos *online*

- ✓ gratuitos, autoguiados
- ✓ com certificado de extensão



**POLÍTICAS DE  
EQUIDADE  
EM SAÚDE**  
E O ENFRENTAMENTO  
DAS VIOLÊNCIAS



**SAÚDE  
INDÍGENA**  
NO CONTEXTO URBANO



[lumina.ufrgs.br](http://lumina.ufrgs.br)



**Estigma e  
discriminação**

em IST, HIV/Aids, Hepatites  
Virais, Micose Endêmica,  
Tuberculose e Hanseníase

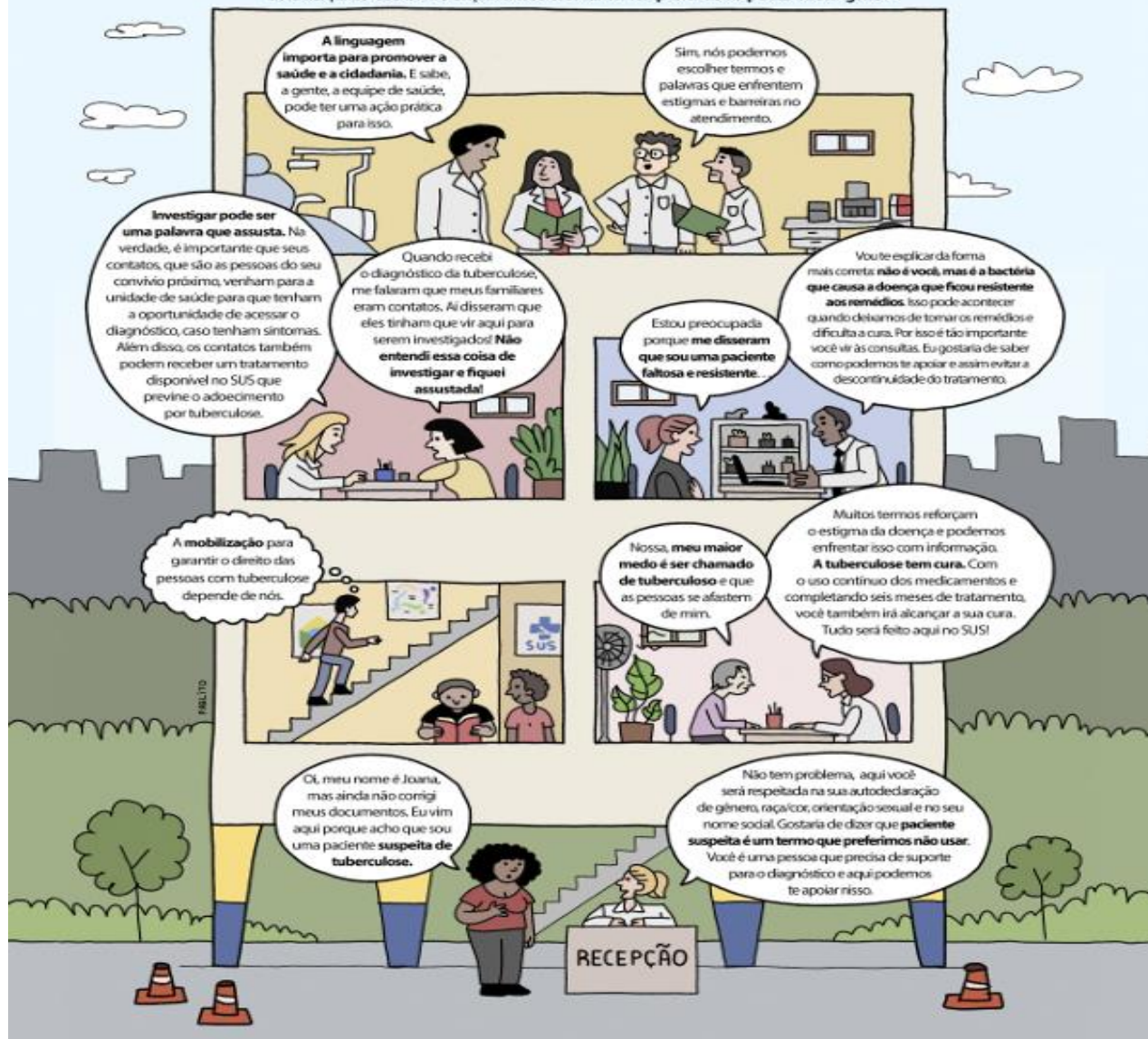


[mooc.campusvirtual.fiocruz.br](http://mooc.campusvirtual.fiocruz.br)

# NA PONTA DAS LÍNGUAS

ZERO DISCRIMINAÇÃO: PELO FIM DOS ESTIGMAS DA TUBERCULOSE

O respeito à autonomia e aos direitos da pessoa com tuberculose são partes importantes da atenção prestada pela equipe de saúde. Refletir sobre situações estigmatizantes e mudar nossas atitudes pode fazer a diferença. **Vamos colocar novas palavras na ponta das línguas?**



[www.sad.eco.br](http://www.sad.eco.br)

# Obrigado

**Prof. Dr. Daniel Canavese**

Secretaria Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas -  
SEART

Coordenação de Acompanhamento da Política de Saúde Indígena – CAPSI

[daniel.canavese@povosindigenas.gov.br](mailto:daniel.canavese@povosindigenas.gov.br)

MINISTÉRIO DOS  
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

**BRASIL**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



# Mapa da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (2016-2022)

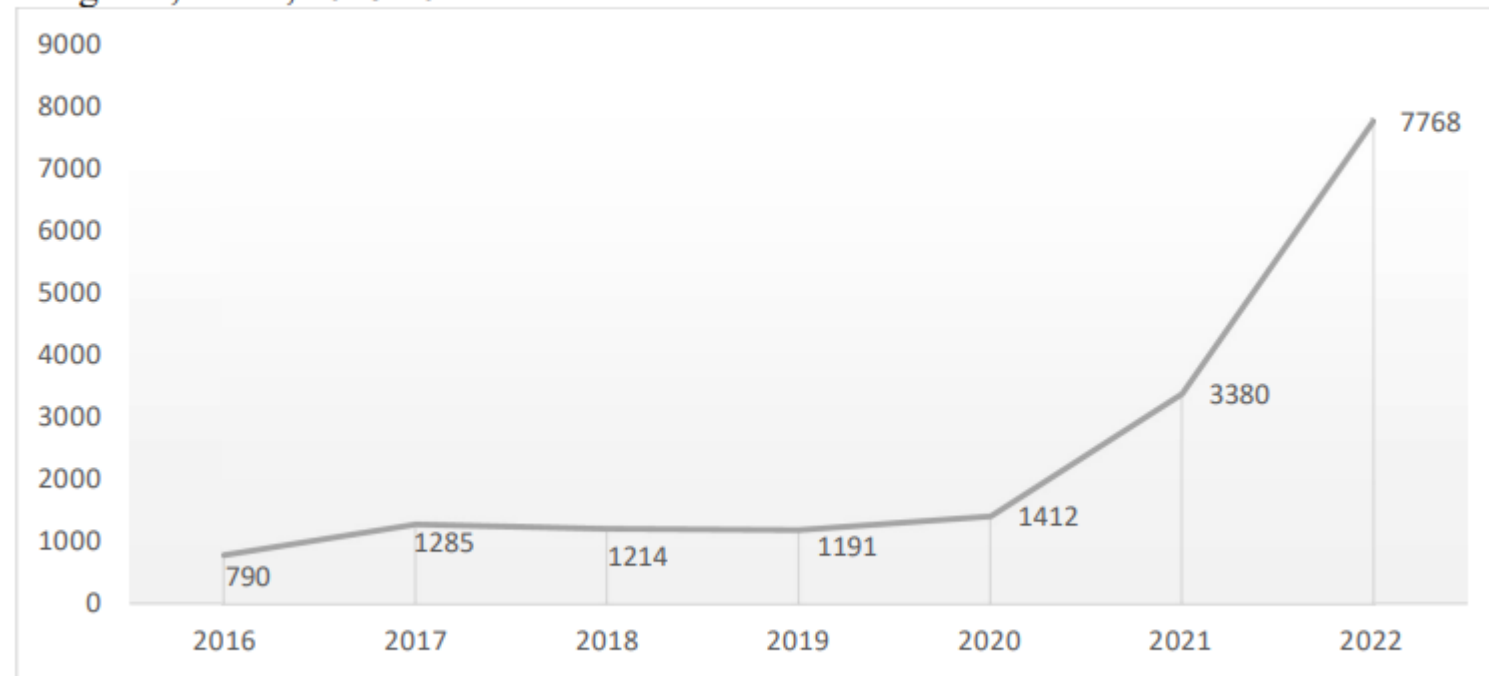
Polidoro, M. e Canavese, D. Espaço Ameríndio, v. 17, n. 3, p. 19-33, set./dez. 2023.

- **É indispensável considerar o legado do colonialismo e as formas contemporâneas de violência, incluindo a usurpação de terras e a marginalização socioeconômica**
- **No país temos o registro de violência nas áreas policial (ocorrência), da saúde (notificação) e dos direitos humanos (denúncia). Eles têm diferentes finalidades e protocolos**
- **Análise das denúncias de violações de direitos humanos dos povos indígenas no Brasil, registradas no Disque 100, entre 2016 e 2022. Pesquisa com metodologia seccional ecológica e analítica**
- **Principais resultados:**
  - I. Aumento de denúncias ao longo dos anos;**
  - II. Mulheres e crianças indígenas as vítimas mais frequentes;**
  - III. Necessidade de aprimorar o registro e as estratégias intersetoriais de enfrentamento.**

# Mapa da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (2016-2022)

Polidoro, M. e Canavese, D. Espaço Ameríndio, v. 17, n. 3, p. 19-33, set./dez. 2023.

**Figura 1** – Evolução dos registros de denúncias de violações de direitos humanos contra indígenas, Brasil, 2016-2022



Fonte: Disque 100 Direitos Humanos

**N= 17.537**

**67,8% sexo feminino**  
**26,5% sexo masculino**  
**5,7% sem informação**

# Mapa da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (2016-2022)

Polidoro, M. e Canavese, D. Espaço Ameríndio, v. 17, n. 3, p. 19-33, set./dez. 2023.

**Tabela 2** – Grupos populacionais ou temas das denúncias de violações de direitos humanos contra indígenas, Brasil, 2016-2022

<b>Grupos populacionais ou temas</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Crianças e adolescentes	5.973	34,1
Discriminação étnica ou racial	8	0
Pessoas idosas	4.288	24,5
Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e trans	179	1
Mulheres	4.246	24,2
Outros tipos de violações	516	2,9
Pessoas com deficiência	1.339	7,6
Pessoas em restrição de liberdade	143	0,8
Pessoas em situação de rua	48	0,3
Pessoas socialmente vulnerabilizadas	290	1,7
Sem informação	507	2,9
Total	17.537	100

Fonte: Disque 100 Direitos Humanos

# Mapa da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (2016-2022)

Polidoro, M. e Canavese, D. Espaço Ameríndio, v. 17, n. 3, p. 19-33, set./dez. 2023.

**Figura 3** – Distribuição espacial das denúncias de violação de direitos humanos contra indígenas, Unidades da Federação do Brasil, 2016-2022



Fonte: Disque 100 Direitos Humanos